

SUJEITO E RESPONSABILIDADE

*“Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.”
(Lacan, Ciência e verdade)*

“O sujeito é responsável pelo seu próprio inconsciente.”

A segunda frase (e sua variante: “o sujeito é responsável pelo seu próprio gozo”), já um jargão no meio analítico, é na verdade uma interpretação recorrente da afirmação textual de Lacan – que a antecede, no alto. Invoca a responsabilidade subjetiva aplicada à análise.

Cabe perguntar, antes de tudo, a que “sujeito” se refere a segunda frase? Indivíduo, pessoa ou Sujeito do Inconsciente? Não teria como negar a pertinência destas afirmações quando aplicadas à pessoa, ao indivíduo, ao cidadão se a elas acrescentássemos as consequências do inconsciente e trocássemos “sujeito” por “pessoa”: a pessoa é responsável pelas consequências do inconsciente. Querendo ou não, cada qual arca com isso, responde a isso, responde por isso! Por menos que as manifestações inconscientes digam respeito à vontade e à deliberação individual, é a pessoa, o indivíduo, o cidadão quem enfrenta suas consequências, irremediavelmente. Até aqui, me refiro às consequências das manifestações inconscientes, como o sintoma ou o gozo. O que eu vou fazer com aquilo do qual padeço? O que decido fazer com meu sintoma? Ou ainda, o que eu faço com um lapso que se apresenta em público? Pode ter como efeito a responsabilização, uma vez que sou instada a responder por tal manifestação, considere ou não sua natureza inconsciente.

Coisa bem diferente é pensar que “eu faço isso acontecer”, eu me saboto porque obtenho nisso um ganho e por isso fabrico uma fobia, uma obsessão, ou, até, um filho psicótico. Essa leitura deriva de uma certa concepção de sujeito cevada há séculos, bem distinta daquela do Sujeito do Inconsciente. De fato, a pessoa é responsável pelo que faz do seu sintoma, mas quem é responsável pela produção do sintoma?

E ainda, que sujeito é esse “proprietário” de um inconsciente pelo qual – uma vez dono – é responsável?

Tal frase, na boca de um analista lacaniano, nos leva a considerar que o “sujeito” referido, este suposto responsável, é o Sujeito do Inconsciente. Seriam esses dois conceitos – o de Sujeito do Inconsciente e o de responsabilidade – compatíveis? Ambos, hoje, costumam aparecer de mãos dadas, e sua união é situada, por alguns, como marco da clínica psicanalítica contemporânea. “No séc. XXI, o

psicanalista que acredita no inconsciente irresponsável não trata o sintoma e não cura.”¹

RESPONSABILIDADE

A responsabilidade subjetiva é um tema muito em voga na literatura de auto ajuda, no *coaching*, e até na psicanálise lacaniana. Sabemos que não há análise sem interrogação: por que? O que isso diz de mim? O que isso quer dizer? O questionamento, pré-condição para que uma análise aconteça, é confundido com a responsabilização do Sujeito pelo “próprio” sintoma e gozo.

A responsabilidade subjetiva está ligada ao Eu e há que contar com ela para que uma análise se dê. Que alguém se responsabilize pela sustentação do trabalho é condição para que este aconteça – que o pretenda, que pague, que fale: há responsabilidade nisso. Quando alguém padece de um sintoma e procura um pai de santo é menos responsável por seu sintoma do que aquele que procura um analista? Eu posso me responsabilizar pelo meu sintoma e decidir calá-lo, tomando uma pílula ou uma garrafada do João de Abadiânia. Eu posso me responsabilizar pelo meu sintoma, supor que ele é causado por um espírito obsessivo e procurar um pai de santo pra me livrar daquilo. Posso ainda supor que fui uma canalha na outra vida e tenho uma conta a pagar nessa, que fui uma assassina serial na vida passada e, por isso, lavo minhas mãos 500 vezes ao dia. Ou ainda: posso me responsabilizar pelo meu sintoma, me perguntar o que isso quer dizer de mim e procurar um analista. São caminhos possíveis. Não há certo ou errado nesses caminhos. Há responsabilidade em qualquer das escolhas. Trata-se aí de uma decisão sobre o que fazer com aquilo do qual padeço, determinada pela maneira como entendo o que me faz sofrer. Este entendimento é, por sua vez, submetido ao modelo que adoto da subjetividade.

A psicanálise, em virtude de sua concepção da subjetividade, do sintoma e da via que propõe para tratá-lo, situa aquele que a procura numa posição distinta daqueles que elegem outras maneiras de enfrentar seus sofrimentos. Tal posição implica numa ética.

A responsabilidade, segundo Hanna Arendt,² é individual. Não há responsabilidade coletiva. O Sujeito do Inconsciente, por outro lado, não corresponde ao individual uma vez que está submetido ao Outro, e se apresenta numa condição acéfala, determinada pelo fato de que Isso pensa e fala. O que corresponde à responsabilidade subjetiva é a responsabilidade individual e, assim, toma-se o Sujeito por indivíduo quando se postula esta categoria na análise. Vê-se que a noção de responsabilidade, aplicada à clínica, depende da concepção de sujeito que se adota.

A palavra responsabilidade vem do latim *responsus*, particípio passado de *respondere*, que significa responder, prometer em troca. A partícula *re* de volta, para trás – mais *spondere* – garantir, prometer. Seus desdobramentos semânticos colocam responsabilidade na esteira da garantia. *Sponsor* significa

¹ Forbes, Jorge; Inconsciente e responsabilidade, Psicanálise do SC. XXI, p.13, Editora Manole, São Paulo, 2012

² Arendt, Responsabilidade e julgamento, Cia das Letras, São Paulo, 2004.

fiador, fiança, segurança, garantia, o que garante. Assim, quando o analista transporta tal conceito para a análise, encontra um ponto onde ancorar-se: se a análise fracassa, provavelmente é porque o sujeito não se responsabiliza pelo seu sintoma e quer continuar gozando.

Arendt trabalhou bastante este tema em relação ao Holocausto. Para ela, responsabilidade está ligada à consciência e à condição de cidadão. Não existe responsabilidade coletiva ou inocência coletiva. A culpa e a inocência só fazem sentido se aplicadas aos indivíduos.

Por outro lado, será que dá pra acreditar que Hitler engendrou sozinho a ideia de matar os judeus, os ciganos, os homossexuais, os deficientes mentais, os comunistas? Tudo isso é responsabilidade de um indivíduo?³ Segundo o modo como a modernidade localiza o sujeito⁴, como agente, ente imputável, a resposta é sim. Se há crime, há criminoso – aqui está o sujeito moderno. Mas a questão é mais complexa e ultrapassa as responsabilidades individuais. É claro que o fato de o nazismo estar além de Hitler não abona sua responsabilidade – a de Hitler: este teria irremediavelmente que responder por isso. Arendt critica a tendência à “desculpabilização” oriunda de um medo de julgar e da ideia de que ninguém é um agente livre e por isso não pode ser responsabilizado. “Daí o enorme alarido assim que alguém atribui uma culpa específica a uma pessoa em particular, em vez de pôr a culpa de todos os atos ou acontecimentos em tendências históricas e movimentos dialéticos; em suma, em alguma necessidade misteriosa que funciona pelas costas dos homens e confere a tudo o que fazem algum tipo de significado mais profundo. Desde que se tracem as Raízes dos atos de Hitler até Platão ou Nietzsche, até a ciência e tecnologia moderna, ou até o niilismo ou a Revolução Francesa, tudo está bem.”⁵

Entretanto, tomemos Jonathan Littell que, em seu romance “As Benevolentes”, põe um personagem a lembrar que a ideia da eugenia, da raça pura ligada à terra, veio dos próprios judeus. Assim como o termo “nacional socialista” é de um judeu. O mesmo personagem cita Benjamin Disraeli em “Coningsby” (1844): “O hebreu é uma raça sem misturas, com uma organização de primeira classe, é a aristocracia da natureza.” (...) “O fato é que não se pode destruir uma raça pura de organização caucasiana. É um fato fisiológico; uma simples lei da natureza, que pôs em xeque reis egípcios e assírios, imperadores romanos e inquisidores cristãos. Nenhuma lei penal, nenhuma tortura física pode fazer com que uma raça superior seja absorvida por uma inferior, ou por ela destruída. As raças perseguidoras misturadas desaparecem; a raça pura perseguida continua.”⁶ Disraeli foi primeiro-ministro da rainha Vitória, fundou o império britânico e difundia ideias como essas no parlamento cristão. Vê-se como o nazismo levou tempo em fogo brando. É um bom exemplo de que “Isso pensa”, transcende o individual, e vai encarnando em distintas pessoas.

³ Conferência de Alfredo Eidelsztein sobre Topologia e Clínica, Brasília, 2013

⁴ Libera, Alain, Arqueologia do sujeito, Nascimento do sujeito, Ed. Fap- Unifesp, 2013.

⁵ Arendt, Responsabilidade e julgamento, p. 82, Cia das Letras, São Paulo, 2004.

⁶ Littell, Jonathan, As benevolentes, p. 421, Objetiva, Rio de Janeiro, 2007

Uma definição de responsabilidade por José Ferrater⁷: “Se diz que uma pessoa é responsável quando é obrigada a responder por seus próprios atos. A grande maioria dos filósofos está de acordo que o fundamento da responsabilidade é a liberdade da vontade”.

Podemos pensar em liberdade da vontade em relação ao Inconsciente? O que quer dizer “ser livre” se o inconsciente existe e Isso pensa em mim?

Walter Benjamin, num texto intitulado “Destino e caráter”⁸, afirma que o fato de o conceito de caráter ter sido vinculado a um contexto ético e o de destino a um contexto religioso foi fruto de um erro. Em relação ao destino, este erro se deveu a sua ligação com o conceito de culpa. Esta é a razão da infelicidade ser vista como a resposta de Deus ou dos deuses a uma culpabilidade religiosa. Será que estamos muito distantes dessa maneira de pensar? Se substituirmos “Deus” por “Eu”, temos que a infelicidade é uma resposta do eu a uma mancada do próprio eu, como uma ausência de autonomia e domínio de si mesmo. Eu, desse modo, posso “fazer um câncer” quando engulo minha raiva, ou quando me sobra gozo e pulsão de morte. A diferença é que a contrariedade aqui não é mais referida a Deus mas a um preceito – por que não? – moral, da agência, autonomia e auto-suficiência.

Já a felicidade seria o que liberta das cadeias do destino, da rede de seu próprio destino. Hölderlin chamava os deuses bem-aventurados de “sem destino”. Alcançar a felicidade coincide com algumas concepções de cura. A felicidade como ideal de cura libertador, que muitas vezes passa de ideal perseguido a imperativo perseguidor.

Destaco uma frase preciosa e muito significativa de Benjamin nesse texto: “destino é o nexo de culpa do vivente.” E ele prossegue: “No fundo, o homem não é aquele que possui um destino; o sujeito do destino é indeterminável. Na ordem do destino, o vivente (culpado/infeliz) pode estar associado tanto às cartas quanto aos planetas, e a vidente serve-se da simples técnica que consiste em, por meio das coisas próximas e calculáveis, próximas e certas, empurrar o vivente em direção ao nexo de culpa.”⁹ Não é isso que arrisca fazer o psicanalista que trabalha na direção da retificação subjetiva, da responsabilização do Sujeito pelo seu próprio inconsciente? Onde a direção do tratamento seria encaminhar o paciente para o nexo de culpa do seu próprio destino neurótico? Isso parece mais neurotizante, se assemelha a uma obsessivação da direção da cura.

Em relação ao caráter, Benjamin nos oferece uma perspectiva interessante: o caráter pode ser libertador! Usa como exemplo a comédia de costumes, onde: “Enquanto o destino desenrola a imensa complicação da pessoa culpada, o caráter dá, em contraposição a esta servidão mítica, a resposta do gênio. A complicação torna-se simplicidade; o fato, liberdade. Pois o caráter da personagem cômica não é o do espantinho dos deterministas, ele é a luminária

⁷Ferrater, José Mora; Dicionário de filosofia, Editorial Sudamericana, Buenos Aires.

⁸ Benjamin, Walter; Escritos sobre mito e linguagem, “Destino e caráter”; Editora 34, São Paulo, 2011.

⁹ Ibid, p. 94

cujos raios tornam visível a liberdade de sua ações.”¹⁰ Ou seja, o caráter é aquilo que desenreda a pessoa de seu destino culpado, e a singulariza. “É o sol do indivíduo no céu incolor (anônimo) do homem.”¹¹ O que nos permite pensar, de modo análogo, no sintoma como estilo.

O SUJEITO E A ARQUEOLOGIA DE LIBERA

A evolução do conceito de sujeito se dá no terreno da filosofia secular e da teologia. A rede onde surge o conceito de sujeito e de subjetividade se arma muito antes de Descartes. Sua ligação com responsabilidade é efeito de uma certa noção de sujeito que prevaleceu na metafísica ocidental, da qual nosso pensamento, assim como nossa concepção intuitiva de sujeito, são frutos. Tal noção supõe um sujeito que se define como agente, totalmente distinto do Sujeito lacaniano, embora muitas vezes confundido com ele.

Trarei aqui alguns marcos da constituição deste conceito que Alain de Libera¹² levanta em sua arqueologia, a fim de vislumbrar os cruzamentos e fronteiras com o Sujeito do Inconsciente. É impressionante encontrar nesses “sítios arqueológicos” explorados por Libera a influência sobre algumas interpretações do Sujeito lacaniano. Libera sustenta a tese de que o sujeito pensante, o homem enquanto sujeito e agente do pensamento, não é uma criação moderna, embora este conceito seja de nascença moderno. Não é tampouco um conceito “psicológico”. Menos ainda invenção de Descartes. É o produto de um encontro, muito longo, entre teologia e filosofia que, de fato, terá durado da Antiguidade tardia à idade clássica. Sua Arqueologia trata de uma longa suposição do sujeito, começando por Aristóteles e chegando até a “subjetividade sem sujeito” – que definiria a condição pós-moderna.

A tese mais geral desse nascimento do sujeito é a de que o “sujeito aristotélico” (sujeito suposto a Aristóteles por seus leitores; não existe esta concepção de sujeito, tal como a conhecemos desde a modernidade, em Aristóteles) se tornou o sujeito-agente dos modernos, fazendo-se “supósito” (suposto) de atos e de operações. Para Aristóteles a palavra sujeito designava alguma coisa como um suporte ou um substrato dotado de uma capacidade receptiva, pensamento, uma afecção ou um afeto, ou uma alteração de um tipo particular. A associação das noções de sujeito e agente para designar o princípio do pensamento no homem seria, segundo Libera, bem improvável em Aristóteles. O início do “sujeito moderno” já se anunciava desde a Idade Média, basta lembrar do termo *suppositum intelligens* (supósito), presente no vocabulário da Escola, onde o sujeito pensante fez sua aparição. Mas o “o *suppositum intelligens*” não foi levado em conta na questão do sujeito justamente porque a teologia foi considerada um saber menor e sua contribuição para este tema foi negligenciada.

¹⁰ Ibid, p. 97

¹¹ Ibid, p. 98

¹² Libera, Alain; Arqueologia do sujeito, Nascimento do sujeito, Ed. Fap- Unifesp, São Paulo, 2013.

Libera faz perguntas que urgem à psicanálise: quando, como e por que a experiência do pensamento teve de se fazer “subjetiva”, experiência de um sujeito agente ou causa de seu pensamento? Por que sujeito se tornou equivalente a agente e ao Eu? Como, por quais deslocamentos de conceitos, a subjetividade, tal qual ela emerge na modernidade, foi definida por duas propriedades: a autorreflexão (transparência de si) e a auto-fundação ou autonomia, o fato de ditar a si mesma a lei do seu agir?

De Descartes em diante a tendência geral no ocidente é para a concepção do sujeito como um indivíduo, ancorada na visão medieval de Boécio, que definia a pessoa como “substância individual de natureza racional.”¹³ Esta tendência insta à consideração do sujeito como Um, fechado, o interno, o dentro, envelopado por um corpo. Não é assim que muitas vezes o Sujeito do Inconsciente é entendido? Por um sujeito que tem um inconsciente dentro? Que é proprietário dele?

Lacan não só descentraliza o Sujeito, como o faz também com o Eu. Para ele, o Eu é a identificação à imagem do semelhante. “Eu é outro”, esta é uma frase de Rimbaud tomada por Lacan para destacar a condição de alteridade da subjetividade e sua irremediável excentricidade.

Libera mostra como a questão do sujeito mudou várias vezes de sentido, assim como as noções designadas pelo termo “sujeito”. Ela se alterna num complexo de questões-respostas que aparece e desaparece na história da filosofia e da teologia:

- Quem somos nós? O que é o homem? Quem pensa? Qual é o sujeito do pensamento?

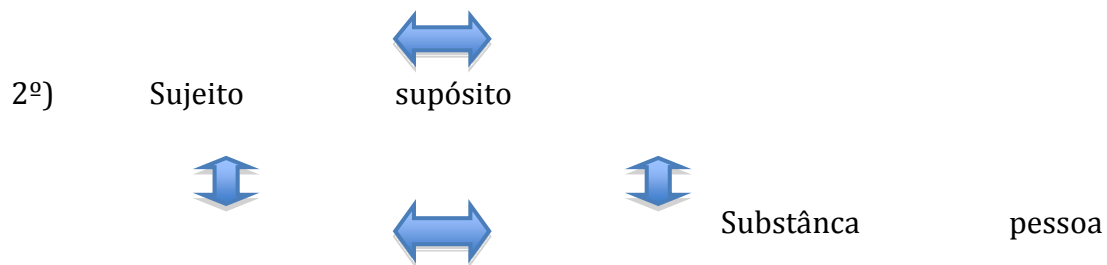
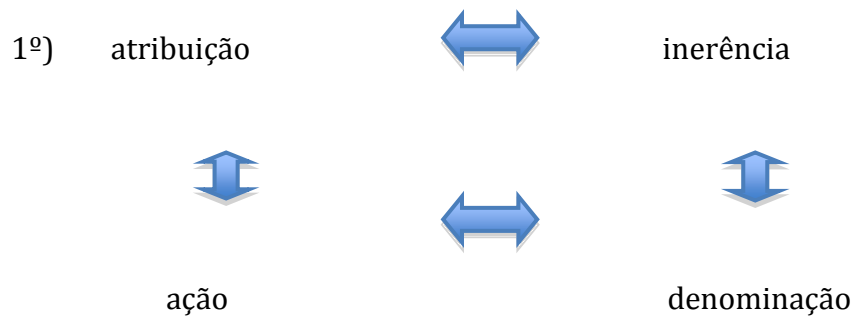
Essas questões avançam em duas redes distintas, a da sub-jetividade e a da subjetividade, e em momentos distintos. Atribui-se a Heidegger a distinção entre sub-jetividade e subjetividade. Nesse complexo de questões-respostas, a questão sobre nós surgiu primeiro. O dispositivo complexo do “eu”, do “mim” e do “si”, típicos da rede da subjetividade, não aparecem na rede da sub-jetividade. A distinção entre mim e meu, entre o que é si e o que é seu passa originalmente por um nós – o que nós somos – e o que é nosso, noções que constituem a chamada rede da sub-jetividade. A passagem da sub-jetividade à subjetividade, que assinala a entrada na modernidade, é franqueada por Descartes. É o momento em que o ego virou o protagonista da cena; se tornou o “sujeito insigne, adquiriu o estatuto do ente mais verdadeiro”¹⁴. A subjetividade pode ser definida como a maneira como o sujeito faz a experiência de si mesmo.

Em algum momento, consolidado na modernidade, o sujeito agente do pensamento, equivalente ao eu, é a resposta para as questões acima.

Libera propõe 2 esquemas para tentar dar conta da equivalência: sujeito = agência = eu, que ele chama de equação fundamental do “quiasma da agência” e que redundou na rede da subjetividade:

¹³ Ibid p. 106

¹⁴ Ibid, p.110



Alguns dos termos dos esquemas têm origem grega, outros latina. Alguns pertencem à rede da sub-jetividade, outros à da subjetividade. Alguns pertencem à linguagem da filosofia outros à da teologia. Mas o conceito de sujeito, sua assimilação ao eu e à agência surgem na relação entre estes termos. A equação fundamental (sujeito=agência=eu) condensa 3 problemas distintos: o da emergência do eu; o da emergência do sujeito; o da emergência do sujeito-agente.

Aristóteles é o autor que mais contribuiu para a elaboração do primeiro esquema. A questão do sujeito parece ausente nele. Embora ele tenha introduzido a quase totalidade do “discurso” da sub-jetividade, jamais fala do “mim”.

Mais uma pergunta-chave na arqueologia de Libera, seguindo a pista da correlação entre sujeito e agência:

- O que se chama de sujeito antes de Descartes?

Em Aristóteles encontramos sujeito de atribuição e sujeito de inerência, cuja distinção é lógica, determinada por dois tipos distintos de predicção: “aquilo que se diz de um sujeito”, o que lhe é atribuído; e “aquilo que é como em um sujeito,” o que lhe é inerente. Predicação acidental para um e essencial para outro. Uma versão dos sujeitos de atribuição e de inerência é a distinção entre sujeito lógico e sujeito ontológico. Pode-se dizer, por exemplo, que a alma é sujeito ontológico, na medida em que ela é sujeito de inerência real de estados

e/ou atos mentais; e pode-se dizer que ela é sujeito lógico, na medida em que lhe são atribuídas qualidades.

Dessa distinção entre sujeito de atribuição e sujeito de inerência surgiu a teoria clássica, depois moderna, do sujeito: o “atributivismo”, que fez da alma um atributo do corpo, interpretou os atos mentais como atributos ou predicados da alma, do espírito e, finalmente, do “eu”, do “mim”, ou da consciência. Subjetividade e atributivismo tem estreita ligação. Os ecos desta ligação se fazem sentir na interpretação do inconsciente como atributo do sujeito.

estreita ligação. Os ecos desta ligação se fazem sentir na interpretação do inconsciente como atributo do sujeito.

Houve uma assimilação progressiva da predicação accidental pela predicação “denominativa”. E mais uma distinção se estabeleceu: sujeito de inesão e sujeito de denominação.

Não é possível considerar as transformações do sujeito moderno sem levar em conta a denominação. Sujeito de inesão refere-se à substância relativa aos acidentes que lhe são inerentes; como a neve é sujeito da brancura que lhe é inerente. Todo sujeito de inesão é um sujeito de denominação – dizemos da neve que ela é branca – pois todo acidente pode ser dito de seu sujeito. Mas nem todo sujeito de denominação é sujeito de inesão. De fato, muitas coisas são ditas de um sujeito que não “são em” um sujeito. Por exemplo: no soldado armado, a arma não é inerente ao soldado. O sentido de denominação é esgarçado a ponto de se tornar sinônimo de predicação: o sujeito é aquele que suporta o predicado.

A predicação denominativa desempenha um papel central na história do sujeito, ela está implicada na quase totalidade dos princípios do atributivismo, particularmente: o princípio da denominação do sujeito pelo acidente; o princípio da denominação do sujeito pela própria ação; o princípio de que toda ação é suposta a um agente. Temos aqui o sujeito determinado pelo acidente, pela ação que lhe é suposta e que ele, supósito, suporta como agente.

Prossigo, ainda, na esteira da arqueologia de Libera. Na modernidade o sujeito é pensado, ao mesmo tempo, em dois planos: como sujeito de atribuição, sujeito “psicológico”; e como sujeito de imputação, sujeito “moral” – ainda que, praticamente, a atribuição tenha migrado para imputação, fundindo-as.

Atribuição e acusação estão ligadas originariamente e passaram por um deslocamento de sentido: a acusação hostil tornou-se uma atribuição neutra. Com o sujeito aconteceu o inverso: a mudança se deu no sentido da atribuição à imputação. O sujeito, a quem se atribuía alguma coisa, torna-se imputável, aquele que é acusado de algo.

O que conduz de um ao outro? Do sujeito de atribuição ao sujeito de imputação?

A imputação é primeiro pensada como feita do exterior. Em um segundo momento – lógico e também histórico – a imputação é pensada como devendo se fazer do interior, pelo agente. É o momento em que o agente reconhece a si mesmo como proprietário de seus atos, responsável não apenas pelas ações presentes mas também pelas passadas. Libera reconhece aqui forte influência da

definição de pessoa por Locke: “vejo a palavra Pessoa como uma palavra que foi empregada para designar precisamente o que se entende por si-mesmo. Onde quer que um homem encontre o que ele chama de si mesmo, creio que um outro pode dizer que lá reside a mesma pessoa. A palavra pessoa é um termo jurídico que apropria ações, e o mérito ou demérito dessas ações; e que por consequência pertence apenas a gente inteligente, capazes de Lei, e de felicidade ou desgraça. A personalidade só se estende além da existência presente até o que é passado, por meio da consciência, que faz com que a pessoa tenha interesse em ações passadas, torne-se responsável por elas, reconheça-as como suas, e as impute a si com base no mesmo fundamento e pela mesma razão que se atribui as ações presentes.”¹⁵

Atribuição e propriedade são correspondentes: isso que me é atribuído é meu. E eu devo responder pelo que é meu, o que me torna responsável. A passagem da atribuição à acusação, no sujeito moderno, pode ser pensada a partir de Locke, na medida em que a pessoa se viu convocada a responder por aquilo que lhe era atribuído. Será que responder (prometer em troca, garantir)¹⁶ é o que imprimiria estatuto de acusação à atribuição? Determinada qualidade deixa de ser um atributo da pessoa, apenas, e sim algo pelo qual ela deve responder. E a resposta da pessoa a responsabiliza na mesma medida em que aquilo que lhe era atribuído passa a objeto de acusação.

A consciência lockiana é um operador cuja função é transformar o sujeito de atribuição em sujeito de imputação, estendendo sua responsabilidade até o passado. O sujeito de imputação é responsável.

Libera assinala influência da definição de Hobbes da pessoa natural na concepção de Locke da pessoa como termo jurídico, que está ligada à ideia de que a pessoa “apropria” ações graças à consciência. “O verbo *to appropriate* não faz parte do vocabulário de Hobbes, mas o verbo *to own* desempenha um papel considerável no capítulo do ‘Leviatã’ dedicado à pessoa. *To own* reúne em um mesmo sintagma a significação do próprio, *my own*, que remete à da identidade consigo, a significação de propriedade, *owner*, designando o proprietário, e a significação do reconhecimento, quase no sentido da confissão, pois *to own* quer dizer igualmente reconhecer ou confessar.”¹⁷ Temos numa mesma vertente semântica: propriedade, reconhecimento e confissão entrelaçados no entendimento do que é pessoa. Sou o que tenho, o que admito, o que confesso. A identidade pessoal baseada na consciência e na apropriação dos atos. Eu me reconheço naquilo que me é próprio, que é meu, e mais especificamente naquilo que admito como meu. Na esteira dessa lógica, o sujeito é proprietário de seu inconsciente, fechado com ele numa célula e responsável por ele desde o passado. Temos, assim, o inconsciente do paciente e o inconsciente do analista, duas esferas separadas, duas propriedades com fronteiras bem demarcadas. “Sonhar com paciente já é demais, quer dizer que ele está invadindo o meu

¹⁵ Ibid, p.425

¹⁶ Vide etimologia de responsabilidade, pag.3

¹⁷ Libera, Alain; Arqueologia do sujeito, Nascimento do sujeito, Ed. Fap- Unifesp, p.425, 2013.

inconsciente” – ouvi certa vez de um analista. Sabemos, com Lacan, que o Sujeito do Inconsciente é aquilo que se dirige a um analista, que não existe este inconsciente se não houver analista. A simples ideia de endereçamento já derruba a noção de propriedade. Lacan propõe a noção de um Sujeito localizado entre dois significantes. Esta noção só opera na prática analítica, pelo ato do analista tomar como significantes alguns termos do material da sessão. É uma afirmação impactante, que impede qualquer tendência de conceber o inconsciente como próprio e nos conduz a um problema ontológico, tanto em relação ao modo de existência do inconsciente quanto ao modo de considerar a psicopatologia e até as estruturas clínicas. Nessa lógica, o que nos autoriza a afirmar que alguém é histérico, ou é psicótico? O que nos autoriza a colocar o *pathos* no campo do ser? Ou a conceber a estrutura psíquica como uma ontologia?

A análise engendra um espaço distinto daquele em que retrucaríamos um paciente que nos atribui um dizer qualquer: “não, olha, eu não disse isso, isso foi você quem pensou, eu te disse outra coisa”. Desde o momento em que aceitamos a demanda, o sintoma se deslocou e nos transformamos em parte do sintoma. Aquilo que se passa entre um e outro, dito analisando e dito analista, esse é o Sujeito do Inconsciente, tema da análise. Esta concepção implica, sim, numa responsabilização do analista.

O atributivismo, que está no princípio da psicologia moderna, se opõe ao substancialismo, geralmente referido a Descartes.

Considerando as teorias atributivista e substancialista, respectivamente definidas: na teoria atributivista a alma é uma propriedade, um atributo do corpo, que é uma substância; na teoria substancialista a alma é uma coisa, uma substância, um sujeito de propriedades. Temos aqui uma importante influência da correlação entre sujeito e substância.

O cartesianismo é considerado unanimemente como o paradigma do substancialismo. Descartes evoca o argumento de que o nada não pode ter nenhum atributo real, pois não pode haver aí atributo sem substância, nem qualidade ou propriedade sem sujeito, nem pensamento sem coisa que pensa, exatamente pelo fato de que não se pode atribuir nada ao nada, o nada não pode ser sujeito. Deste argumento é possível inferir seu *cogito ergo sum res cogitans* – penso logo sou coisa pensante. Aqui é onde Descartes é mais aristotélico. Havia, em Aristóteles, a exigência de colocar uma coisa/substância no fundamento de toda atividade ou ação, somente uma coisa ou substância podia ser causa. Esta noção de causa-agente está ligada primitivamente a ideia de sub-jetividade. Agência é uma disposição a agir, é preciso um sujeito, encarnado num corpo, suporte dessa disposição. “Em Aristóteles, ‘o sujeito consciente’ é o composto do espírito e do corpo, enquanto que em Descartes é a substância mental, prisioneira do corpo.”¹⁸ Libera faz uma ressalva: “a tese geral que reporta o ‘sujeito’ aristotélico ao composto de corpo e alma é correta, desde que esteja claro que ela é retroativa, que não é o sujeito ‘de Aristóteles’, mas o sujeito

¹⁸ Ibid p. 211

projetado no *De Anima* desde a episteme cartesiana, a partir da definição do sujeito como “sujeito consciente”.¹⁹

Tal pensamento nos remete ao estoicismo antigo²⁰. Para os estoicos tudo o que existe é corpo. A afirmação de que tudo é corpo quer dizer unicamente que a causa é um corpo, e o que sofre a ação dessa causa também é um corpo. A causa de que se trata aqui é a essência do ser, e não um modelo ideal que o ser teria que alcançar. Causa é aquilo que age no ser, vive nele, o faz viver e é um corpo. Os incorporais – o exprimível, o vazio, o tempo e o lugar – por natureza, não podem nem agir nem padecer. O corpo era o único agente.

Podemos ver que a correlação sujeito/substância/agente é bem anterior a Descartes, apesar de lhe ser atribuída a paternidade do sujeito moderno conector deste termos. Retomemos o segundo esquema²¹ que articula os 4 termos indispensáveis à passagem da sub-jectividade à subjetividade e que marca uma nova discursividade:

Sujeito	<->	supósito
Substância	<->	pessoa

O ponto de partida pra encararmos este esquema é a definição medieval de Boécio, já citada aqui, da pessoa como “substância individual de natureza racional”. Boécio assinala que sua definição da pessoa apenas traduz em latim o que os gregos chamam de *hypostasis*, termo associado a: supósito, substância, *supositum inteligens*. O sujeito pensante foi equiparado à substância em suas traduções.

Temos aqui um conjunto de sinônimas: pessoa, sujeito pensante, substância, supósito, indivíduo. Foi assim que muitos modernos compreenderam a gênese da noção de pessoa, e foi com isso que alguns decidiram romper. Heidegger, em “Ser e Tempo”, afirma que a pessoa não é uma coisa, uma substância, nem um objeto – numa crítica a Descartes por ter “coisificado” o sujeito.

Princípios medievais deram origem ao sistema que define o “*a priori* histórico”²² do discurso da subjetividade e determinaram a emergência do sujeito moderno a

¹⁹ Ibid p. 212

²⁰ Émile Bréhier; A teoria dos incorporais no estoicismo antigo, Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2012

²¹ vide pag. 8

²²A respeito do “a priori histórico”; Foucault em Arqueologia do saber: “ quero designar um a priori que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais eles subsistem, se transformam e desaparecem... esse a priori deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as brechas abertas por sua não coerência, em sua sobreposição e em sua substituição recíproca, em sua simultaneidade que não é unificável e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.” (Foucault, M. Forense universitária, Rio de Janeiro, 1987.)

partir do “quiasma da agência”. Estes princípios que propiciaram a correlação do termo agente com o termo sujeito são, respectivamente:

a) Princípio da denominação do sujeito pelo acidente.

b) Princípio da sujeição da ação à potência de um agente.

Ou seja: uma ação está submetida à potência de um agente; o agente denomina a ação.

Isso se liga a um terceiro:

c) Princípio da operação pela forma do operador.

Ou: a operação é determinada pelo operador; há pensamento se houver pensador.

Do complexo formado pelos dois primeiros princípios pode-se deduzir, da Idade Média à modernidade, as seguintes proposições:

a. toda ação requer um agente;

b. toda ação requer um sujeito;

c. toda ação requer um sujeito que é um agente;

d. toda ação requer um sujeito que é seu agente.

O nascimento do sujeito moderno – reivindicador do “mim”, do “eu” e do título exclusivo de sujeito – pode ser pensado a partir da relação entre as diversas formulações e cruzamentos das proposições acima. Não encontramos certo modo de entendimento do Sujeito do Inconsciente relacionado às proposições acima? Onde o Sujeito do Inconsciente é considerado como agente? Um agente, por sinal, bastante peculiar, idiossincrático, que age muitas vezes contra nós mesmos, colocando-nos em enrascadas!

Conceber o sujeito, como o faz Lacan²³, em imiçãõ de “Outridade”, teria raiz no “modelo pericorético do mental”²⁴ de Agostinho? O sujeito entendido como imiçãõ de Outridade é o sujeito concebido a partir do Outro, num enlace com o Outro, relativo ao Outro; é destacado de qualquer assimilação à pessoa, indivíduo ou qualquer entidade que se coloque como unidade em si mesma, seu modelo é a banda de Moebius.

²³ Conferência de Lacan em Baltimore, 1966; “*Of structure as an immixing of an Otherness pre requisite to any subject whatever.*”- Acerca da estrutura como imiçãõ de Outridade, pré requisito de absolutamente qualquer sujeito- (não é possível precisar a fonte da qual provém o texto da conferência, pois trata-se de cópia que não indica os dados editoriais de sua publicação.)

²⁴ Nomeado assim por Libera, A. em Arqueologia do sujeito

A pericorese descreve a relação de imanência mútua entre pai, filho e espírito santo na trindade; assim como sua relação com toda a criação, que se dá em in-habitação²⁵. O modelo mental de Agostinho é essencialmente anti-atributivista e é concebido fora do esquema aristotélico da substância e do acidente. Para ele, a noção de substância no sentido de sujeito não se aplica à mente humana. A justificativa de sua tese psicológica é a seguinte: amor e conhecimento, que são dois atos mentais, não são atributos da mente – como seriam uma cor, uma forma ou qualidade em um corpo. Conhecimento e amor existem na mente numa espécie de involução (involucração) mútua, de modo que conhecimento, amor e alma são uma coisa só. Da mesma maneira Agostinho trata a razão: existe entre a razão e a alma uma interioridade recíproca.

Bastante moebiana a concepção do mental de Agostinho, não?

A banda de Moebius, que é o modelo correspondente ao Sujeito do Inconsciente, revela a interioridade recíproca, a interpenetração entre Sujeito e Outro.

SUJEITO E RESPONSABILIDADE

A responsabilidade subjetiva é resultado da “equação fundamental do quiasma da agência” que domina o pensamento ocidental e atinge o lacanismo, apesar de Lacan. Somos apanhados na rede que domina o pensamento ocidental apesar de Lacan ter remado em sua contramão. A subversão do *cogito* cartesiano, perpetrada por Lacan, coloca o Sujeito do Inconsciente na direção contrária da agência e da responsabilidade e o retira do domínio do Eu, situando-o *n/so*, no não-eu.

A metafísica ocidental é construída sobre um campo de presença. Derrida considerava a psicanálise especialmente apta para desconstruir o primado da presença. Uma das razões é porque o Sujeito do Inconsciente dessubstancializa a noção corrente de sujeito. A psicanálise sempre teve um caráter subversivo, esta foi a condição do seu nascimento. Considerar o Real lacaniano como o Real do corpo não seria sucumbir ao senso comum, onde prevalece a tendência à presença e à substancialização? A clínica do Real não será uma clínica rendida a tal tendência?

É consenso hoje, mandatário até, recorrer a substâncias para viver. Assim como é consensual considerar as experiências mais importantes, mais vivas, aquelas de carne e osso. Toma-se uma pílula para dormir, outra pra acordar, uma antes de malhar, outra depois, uma para transar, um energético antes da festa, um ácido durante, um fumo depois, ou álcool para rebater, uma pílula pra concentrar, outra pra dispersar. Se o luto durar mais de duas semanas deve ser medicado segundo o manual de psiquiatria, DSM-V, o que equivale a patologizar o luto. Ou alguém conhece luto que se conclua em duas semanas? Para saber qual é minha posição frente ao sexo, devo experimentar de tudo a fim de decidir, a partir da experiência, o que tornará minha decisão legítima. Como se uma menina, por

²⁵ Outro modo de explicar a pericorese é a in-habitação das pessoas divinas umas nas outras; sua impossibilidade de isolamento ou fechamento em si próprias.

exemplo, não soubesse que é mulher muito antes do ato que a confirmaria enquanto tal. Trata-se aqui de uma posição simbólica que pode ser validada pela experiência mas, em nenhuma medida, é determinada por ela. Entretanto, é aquele consenso “empirista” que leva uma mãe a dizer a seu filho, quando este lhe comunica sua homossexualidade: - “Como é que você sabe? Você nunca transou com uma mulher para saber que não gosta. Tenta primeiro, antes de se declarar gay.”

O COGITO

Retomo Descartes, o *cogito* e algumas de suas leituras. Como bem coloca Libera, o *cogito* é uma figura discursiva, não um acontecimento, e o sujeito cartesiano é um produto da leitura moderna, pós-cartesiana, de Descartes. O cogito opera uma mudança discursiva fundamental, inaugural da modernidade: da sub-jectividade à subjetividade. Das regras de passagem de uma discursividade a outra se pode dizer o que Foucault diz das “regras de formação dos conceitos”, em *Arqueologia do Saber*: “elas não têm lugar na mentalidade ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, conseqüentemente, segundo uma espécie de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que procuram falar nesse campo discursivo.” A mudança da rede da sub-jectividade para a da subjetividade não é obra de um René. Isso pensa, Isso fala.

O *cogito* tem distintas leituras que redundaram em vertentes filosóficas:

1) Posição indireta – Aqui o lugar do sujeito é o do ser de ação e de paixão – homem que age e sofre. O sujeito é situado indiretamente, seu posicionamento passa por fatos de linguagem como a ação, a narrativa, o direito, as instituições e a ética. A vertente filosófica oriunda dessa leitura é a filosofia do ego ou egologia. Tem como ponto de partida a pergunta: — Quem? Cujas resposta é: o sujeito a quem atribuir a narrativa ou a experiência. A egologia requer a intersubjetividade para situar seu sujeito.

E duas posições imediatas:

2) Posição direta ou auto-posição – Aquela dita do “*cogito* exaltado”, onde o sujeito a quem reportar a ação, a palavra ou a experiência não pode jamais ser apresentado na terceira pessoa. O sujeito deve apresentar a si mesmo na primeira pessoa, naquilo que os filósofos chamam de auto-posição. Esta leitura engendra a filosofia do sujeito, que requer que o sujeito se formule em primeira pessoa – *ego cogito*, eu penso – e que se defina como empírico ou transcendental, isto é, que o eu seja colocado absolutamente e não relativamente, sem relação ao outro. Aqui, o sujeito é o eu. Esta é uma leitura bastante difundida do *cogito*.

3) Deposição direta – Dita do “*cogito* humilhado” ou “anti-*cogito*” (aqui vemos como é humilhante para o homem o descentramento do sujeito): a ideia é de um processo sem sujeito, do qual se deve falar na terceira pessoa, e que se confronta com a exaltação da primeira pessoa nas posições indireta e de auto-posição. Há duas maneiras de formular esta posição: “Ele pensa em mim” ou “Isso pensa”. A primeira formulação encontra uma objeção e um problema: quem pensa em mim

e o que pensa ele? É ele quem pensa, não eu. “Ele pensa em mim”: esta frase está nEle que pensa, então ele pensa ele mesmo em mim! O problema é que essa frase introduz a questão do referente: se ele se pensa em mim, de onde esse “ele” pode ter saído se não da nominalização do si? O “si mesmo” foi transformado em um “ele mesmo”. O si foi hipostasiado, que é o que acontece quando uma relação lógica é substancializada.

A leitura que Nietzsche faz do *cogito* segue nessa direção. Em “Para além do bem e do mal” faz a seguinte crítica:

“No que respeita à superstição dos lógicos: eu não me cansarei de voltar a sublinhar um pequeno, ínfimo fato que esses supersticiosos confessam de má vontade—a saber, que um pensamento vem quando ‘ele’ quer, e não quando ‘eu’ quero; de modo que é uma falsificação dos fatos afirmar: o sujeito ‘eu’ é a condição do predicado ‘penso’. Isso pensa: mas que esse ‘isso’ seja precisamente aquele velho, célebre ‘eu’, é, para dizer o mínimo, apenas uma suposição, uma afirmação, sobretudo não é qualquer ‘certeza imediata’. No fim, com esse ‘isso pensa’ já se foi longe demais: esse ‘isso’ já contém uma interpretação do processo e não pertence ao próprio processo. Aqui se riram conclusões segundo o hábito gramatical de que : ‘pensar é uma atividade, a cada atividade corresponde alguém que age, logo... Aproximadamente segundo o mesmo esquema, o mais antigo atomismo ainda procurava, além da ‘força’ que atua, aquele montinho de matéria no qual ela se encontra, a partir do qual ela age, o átomo; mentes mais rigorosas aprenderam por fim a passar sem esse ‘resto de Terra’²⁶, e talvez um dia as pessoas se habituem, e os lógicos também, a passar sem esse pequeno ‘isso’ (no qual o velho e venerável eu se volatilizou)”²⁷

Pensa-se; a consequência disso é que há alguma coisa de pensante. Olha aí a *Res Cogitans*, Coisa Pensante. Parte daí a argumentação de Descartes. Mas isso equivale a colocar como “verdadeira a priori” nossa crença no conceito de substância, ressalta Nietzsche: crença de que, quando se pensa, há alguma “coisa que pensa”, enquanto que isso é simplesmente uma formulação de nosso hábito gramatical, que coloca um agente para todo ato. Instaure-se, assim, a cultura do Eu, às custas da substancialização do sujeito.

Nietzsche chama de raciocínio gramatical, ou gramático, este que fundamenta a suposta “certeza imediata” do *cogito* cartesiano. Esse raciocínio tem a forma de um silogismo cuja conclusão é a determinação do Eu como agente do pensamento. Nele, o sujeito Eu é a condição do predicado “penso”.

Eis o silogismo do raciocínio gramatical:

- pensar é uma ação;
- toda ação supõe um sujeito que a realize;
- conclusão: há um sujeito que pensa / há um sujeito do pensamento.

²⁶ Em outras traduções encontramos: “resto de matéria.”

²⁷ Nietzsche, F. Além do bem e do mal, p.38, L & PM, Porto Alegre, 2013.

O enunciado *cogito ergo sum* é interpretado como identificação do pensamento com o ser. Se há pensamento, há ser substancial, coisa pensante. “Substância” é entendida aqui como aquilo que constitui a existência de algo real. A partir disso, pergunta Libera: “como, a partir do pensamento em ação sob a figura do Eu no *cogito, sum*, pode-se formular uma doutrina da substância? Dito de outro modo: como o *ego/eu* pode constituir uma ontologia?”²⁸ Aqui Lacan aponta um paradoxo no próprio *cogito*²⁹: existe um Eu fora do discurso? Há um ser do Eu substancializado fora do discurso? Eu sou por poder dizê-lo, por poder dizer Eu.

Retomando a pergunta: como se passa de “alguém” para “sujeito”? De “sujeito” para “agência”? Como explicar a equação formulada pelo tradicional gesto tradutor: um = sujeito = agência = eu? Ou, nos termos de Nietzsche: “como e por que o sujeito se tornou, sob o nome de ‘eu’, sujeito de agência? Ou o ‘eu’, sob o nome de ‘sujeito’, gerente da agência?”.

A proveniência histórica da sequência que liga auto-posição e deposição de si, exaltação e humilhação do *cogito*, é como que estabelecida pela série de equivalências colocadas por Kant – *Ich* (eu) = *Er* (ele) = *Es, das Ding* (isso) – na caracterização formal do *Ich, als denkend* (eu que penso, acredito; o verbo *denken* significa pensar e acreditar), formulação que é a do atributivismo.

Kant propõe um sujeito transcendental que pode ser eu, ele ou aquilo, não importa. O que importa é que esse sujeito será conhecido pelo pensamento que lhe é correlacionado. Do Eu para o Isso é um passo, é só uma questão de substituição.

É dessa formulação kantiana que decorre o “Isso pensa em mim”, “*Es denkt in mir*”, enunciado primeiramente pelo matemático Lichtenberg – bem antes de Nietzsche – reformatando o *cogito* (penso) em *cogitatur* (pensamento).

Nessa longa discussão sobre o *cogito* Lacan³⁰, com sua subversão, alinha-se à leitura do *cogito* humilhado. Nela, conexas à escolha do “Eu não penso”, ele situa entre o “penso” e o “sou” o surgimento de alguma coisa cuja particularidade seria “não ser Eu”, no lugar mesmo do *ergo/logo*, na intersecção do *cogito*. Lacan localiza aí o maior perigo de erro³¹, que seria desconsiderar a essência do não-eu que constitui o Isso. Qualquer um que incorra nesse erro, para Lacan, torna-se ridículo: qualquer um que desconsidere o não-eu, que ignore o Isso; qualquer um que esteja seguro sobre o sujeito pleno, substancializado, unificado – sujeito herdeiro da tradição filosófica que faz da alma ou da mente “alguma coisa que é” – como no caso da psicologia, por exemplo. O Isso, para esses, será sempre um “eu mau” – que deve ser combatido em prol de um “eu bom” – ou um “eu fraco” – que deve ser fortalecido conforme a um “eu forte”. Vemos, aqui, um combate aguerrido de Lacan contra a hipostasia do sujeito, contra a tendência do

²⁸ Libera, Alain; Arqueologia do sujeito, Nascimento do sujeito, p.54, Ed. Fap- Unifesp, 2013.

²⁹ Lacan, J. seminário 14, p. 123, publicação não comercial do CEF, Recife, 2008.

³⁰ Lacan J. seminário 11, Jorge Zahar, RJ, 1990, classe 3; seminário 14, publicação não comercial do CEF, Recife, 2008, classe 7 e Escritos, Jorge Zahar, RJ, 1998, “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud.”

³¹ Lacan, J. seminário 14, p. 129, publicação não comercial do CEF, Recife, 2008

pensamento ocidental em direção a uma concepção do ser como presença substancial.

“...em não recorrer jamais a nenhuma substância, em não se referir jamais a nenhum ser.”³²

Lacan opõe aqui a sua concepção teórica àquela do ser substancial, tal como este é geralmente tratado pela filosofia. Nenhuma substância corresponde ao sujeito, na teoria de Lacan. O que ele propõe no lugar do ser é a “falta a ser” e sugere suprimir o predicado em tudo o que se refira ao ser, uma vez que este falta³³. Não deveríamos, portanto, dizer: o homem é... Entre o sujeito dessa frase – o homem – e o seu predicado, Lacan introduz o infinito matemático expresso pelo paradoxo de Zenão: nele, Aquiles jamais alcança a tartaruga, pois o espaço entre os dois é infinitamente divisível. Um espaço que estabelece um limite impossível de atravessar. Entre o sujeito e o predicado, em relação ao ser do homem, coloca-se esse infinito porque, por mais que algum predicado tente aproximar-se, jamais alcança o ser.

“O modelo do inconsciente é de um ‘isso fala’, sem dúvida, mas com a condição de que nos apercebamos bem que não se trata de nenhum ser... o que caracteriza a função do inconsciente é que aí não há.”³⁴

Se não há nada da ordem do ser no inconsciente, como concebê-lo (ao inconsciente) como uma propriedade? Ou como um continente, um receptáculo de conteúdos? Ou, ainda, como uma série de conteúdos que habitariam algum continente? Como pensá-lo substancialmente ?

“O sujeito do discurso não se sabe como sujeito que sustenta o discurso. Que ele não saiba o que diz, ainda passa, sempre se o supriu. Mas o que diz Freud é que ele não sabe quem o diz.”³⁵ Neste campo, então, é impossível responder à pergunta farol da filosofia do ego: “Quem?”. Pergunta que requer um sujeito como resposta. Se não há quem, como pode haver responsabilidade, uma vez que esta é sempre individual?

O SUJEITO DA PSICANÁLISE

“Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis.”³⁶

³² Lacan, J, seminário 20, p. 20, Jorge Zahar, RJ, 1985.

³³ Ibid p. 20

³⁴ Lacan, J, seminário 14, p. 132,133, publicação não comercial do CEF, Recife, 2008

³⁵ Lacan, J seminário 17, p. 66, Jorge Zahar, Rio de janeiro, 1992.

³⁶ Lacan J., Escritos, “Ciência e verdade”, p. 873, Jorge Zahar, Rio de janeiro, 1998.

Esta afirmação de Lacan é, geralmente, utilizada para corroborar a tese da responsabilidade subjetiva. Quando recolocada em seu contexto, podemos ver brotar outra significação.

Retomo-a em seu contexto original, o texto de Lacan “A ciência e a verdade”. Nele, Lacan trabalha a fronteira entre o sujeito da ciência e o sujeito da psicanálise. Procura estabelecer o status do sujeito *da* psicanálise – o tema, assunto, objeto de que a psicanálise se ocupa – e do sujeito *na* psicanálise – o conceito de sujeito com o qual os psicanalistas operam. Qual é o objeto da psicanálise e qual é o conceito de sujeito que a psicanálise postula para sua práxis? Um responde ao outro. O psicanalista situa o sujeito, em sua prática, como dividido; basta, para isso, o simples reconhecimento do inconsciente. Mas para que o psicanalista saiba o que acontece com sua prática é preciso uma redução, decisiva no nascimento de uma ciência; redução que constitui propriamente seu objeto. “É isto que a epistemologia se propõe a definir em cada caso.”³⁷ A epistemologia se propõe a definir a redução que constitui o objeto de uma ciência. E não é de outra coisa que se ocupa Lacan neste texto seminal: estabelecer o objeto da psicanálise, situando-a como uma ciência conjectural. É por essa operação que os psicanalistas são responsáveis, por refazê-la a cada vez em sua prática. Em sua proposição do conceito de sujeito, Lacan toma como fio condutor o *cogito*, um momento essencial da ciência, caracterizado pelo ancoramento do sujeito no ser – ancoramento que constitui o próprio sujeito da ciência, em sua definição. Este fio condutor levou Lacan a formular: “nossa divisão experimentada do sujeito como divisão entre o saber e a verdade, acompanhando-a de um modelo topológico: a banda de Moebius, que leva a entender que não é de uma distinção originária que deve provir a divisão em que esses dois termos se vêm juntar.”³⁸

O Sujeito do Inconsciente – marcado pela divisão, oriunda da experiência da análise, entre saber e verdade – é o sujeito em relação ao qual o psicanalista deve situar sua prática. Este mesmo Sujeito é o objeto da psicanálise; e é justamente posicionar o Sujeito do Inconsciente como seu objeto que faz dela uma ciência. Eis a “operação de redução que inaugura uma ciência” realizada, neste texto, por Lacan.

O psicanalista não opera com um sujeito dividido: o sujeito dividido é produto da análise. O que é o mesmo que dizer que o objeto da psicanálise não está lá de antemão, ele é efeito da própria psicanálise. Uma análise cria seu objeto a cada vez. Objeto este que, postulado teoricamente, situa a psicanálise no campo das ciências.

Retomando a frase acerca da responsabilidade, cito-a na íntegra:

“Dizer que o sujeito sobre quem operamos em psicanálise só pode ser o sujeito da ciência talvez passe por um paradoxo. É aí, no entanto, que se deve fazer uma demarcação, sem o quê tudo se mistura e começa uma desonestidade que em outros lugares é chamada de objetiva; mas que é falta de audácia e falta de haver situado o objeto que malogra. POR NOSSA POSIÇÃO DE SUJEITO, SEMPRE

³⁷ Ibid p. 869

³⁸ Ibid p. 869

SOMOS RESPONSÁVEIS. Que chamem a isso como quiserem, terrorismo. Tenho o direito de sorrir, pois não era num meio em que a doutrina é abertamente matéria de negociatas que eu temia chocar quem quer que fosse, ao formular que o erro de boa fé é dentre todos o mais imperdoável. A posição do psicanalista não deixa escapatória, já que exclui a ternura da bela alma.”

“...afirmo que toda tentativa, ou mesmo tentação – nas quais a teoria em curso não deixa de ser reincidente – de encarnar ainda mais o sujeito é errância; sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta. Como também encarná-lo no homem...”

Algumas linhas depois:

“Em suma, o que Claude Lévi-Strauss denunciou como ilusão arcaica é inevitável na psicanálise, se não nos mantivermos firmes, na teoria, quanto ao princípio que há pouco enunciamos: que UM ÚNICO SUJEITO é aceito nela como tal, aquele que pode constituí-la científica.”

É por este modelo de sujeito, que postulamos teoricamente, que somos responsáveis. E para sustentar essa posição de sujeito os psicanalistas teriam que se manter firmes. Alfredo Eidelsztein chama atenção para um detalhe gramatical na frase: “por nossa posição de sujeito”. Se fossemos nós os “sujeitos”, este termo deveria concordar com o “nossa” e seguir no plural.

Cinco anos depois da publicação de “A ciência e a verdade”, corroborando essa cadeia argumentativa, o próprio Lacan faz uma afirmação contundente acerca da descoberta de Freud: “Sua descoberta foi ter soletrado, escandido o inconsciente, e desafio a dizerem que isto possa ser outra coisa que não a observação de que há um saber perfeitamente articulado, pelo qual, falando propriamente, nenhum sujeito é responsável.”³⁹

Responsabilidade subjetiva, do ponto de vista psicanalítico, é uma contradição em termos. Porque, quando o sujeito em questão é o Sujeito do Inconsciente, há aí uma incompatibilidade. A noção de responsabilidade subjetiva é herdeira da equação fundamental do “quiasma da agência” que coloca os termos: Sujeito, Agência e Eu, numa equivalência. Podemos, entretanto, falar em responsabilidade egoica, individual, pessoal – e esta categoria não é desconsiderada numa análise.

A responsabilidade está vinculada ao Eu. Se o Sujeito do Inconsciente é aquilo que surge entre dois significantes, se é o tema, aquilo que é efeito da linguagem, se é concebido como imissão de Outridade, como poderíamos responsabilizá-lo? Isto denota uma confusão entre Eu e Sujeito que aproxima uma clínica, quando

³⁹ Lacan, J, seminário 17, aula 5, p. 73, Jorge Zahar, RJ, 1992

orientada nesta direção, da psicologia e das práticas de auto ajuda, como o coaching.

A ideia de responsabilização subjetiva aplicada ao inconsciente pode transformar a análise numa busca pelo “nexo de culpa do vivente”; o que faria com que esta análise seguisse um curso neurotizante, obsedante, culpabilizante. O Sujeito do Inconsciente, quando a ele é atribuída uma responsabilidade, é hipostasiado, substancializado e transformado em eu, agente. E aí, claro: o agente é responsável!

Flávia Dutra

Bsb, 03/15